

O Papel das Nações Unidas na Democratização: Uma Análise por Efeito de Tratamento Endógeno

Nathanael P. Costa*

Carlos A. Charris V.[†]

3 de agosto de 2025

Resumo: Este estudo analisa o impacto da adesão às Nações Unidas (ONU) na democratização de 128 países entre 1820 e 2000, utilizando modelos de efeito de tratamento endógeno. Os resultados indicam que ser membro da ONU aumenta o índice de democracia liberal entre 4,2% e 6,2% (ATE), chegando a 8,7% entre os membros (ATET). Fatores internos, como escolaridade média e renda *per capita*, também influenciam positivamente, enquanto conflitos militares e guerras civis reduzem os níveis democráticos. O estudo contribui para a literatura ao quantificar a influência da ONU na difusão de valores democráticos e ao integrar variáveis socioeconômicas, geopolíticas e institucionais na compreensão do processo de democratização global.

Palavras-chave: democracia; Nações Unidas; efeitos de tratamento endógeno; relações internacionais.

Abstract: *This study analyzes the impact of United Nations (UN) membership on the democratization process of 128 countries between 1820 and 2000, using endogenous treatment effect models. The results indicate that being a UN member increases the liberal democracy index by 4.2% to 6.2% (ATE), reaching up to 8.7% among member countries (ATET). Internal factors, such as average years of schooling and per capita income, also positively influence democratization, while military conflicts and civil wars reduce democratic levels. The study contributes to the literature by quantifying the UN's influence in spreading democratic values and by integrating socioeconomic, geopolitical, and institutional variables into the understanding of global democratization processes.*

Keywords: *democracy; United Nations; endogenous treatment effects; international relations.*

Códigos JEL: C21, D72, F53.

Área ANPEC: Área 6 - Crescimento, Desenvolvimento Econômico e Instituições.

*Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Católica de Brasília (UCB). E-mail: nathanael.costa@a.ucb.br

[†]Professor adjunto dos departamentos de Economia e Políticas Públicas da Universidade Católica de Brasília (UCB). E-mail: carlos.vizcaino@p.ucb.br

1 Introdução

A democratização tem sido um tema importante na economia política, dada a sua relação com o desenvolvimento econômico, a estabilidade institucional e a atuação social. Embora diversos estudos tenham explorado fatores internos como determinantes do avanço democrático — tais como a renda *per capita*, a educação e a urbanização (Lipset, 1959; Huber *et al.*, 1993; Inglehart e Welzel, 2009) —, o papel de variáveis externas, como organizações internacionais e tratados multilaterais, ainda é relativamente subexplorado. Neste contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU) destaca-se como uma instituição global cuja atuação tem implicações potenciais na consolidação democrática dos Estados-membros.

Desde sua fundação, em 1945, a ONU tem promovido a paz, os direitos humanos e o fortalecimento institucional em escala internacional, por meio de iniciativas como mediação de conflitos, missões de paz, monitoramento eleitoral, cooperação técnica e disseminação de princípios normativos universais (Doyle e Sambanis, 2006; Kelley, 2012; Kemer *et al.*, 2016). A literatura em Relações Internacionais aponta que a ONU desempenha um papel relevante na promoção de valores democráticos, especialmente em países em desenvolvimento ou em processo transição política (Boutros-Ghali, 1992; Goldblat, 2002; Weiss, 2009). No entanto, a identificação empírica do efeito causal da adesão à ONU sobre o nível de democracia permanece desafiadora, devido a problemas metodológicos como viés de autosseleção, endogeneidade do tratamento e ausência de contrafactuais diretos.

Além disso, estudos como os de Mainwaring e Pérez-Liñán (2007) e Lopes *et al.* (2020) mostram que o impacto do desenvolvimento econômico sobre a democracia varia regionalmente, e que fatores como o efeito de difusão democrática entre países vizinhos (*spillovers*) e o histórico institucional dificultam inferências robustas sem modelos que controlem adequadamente tais variáveis. A escassez de dados históricos harmonizados também impõe limitações adicionais à análise empírica de longo prazo.

Diante desse cenário, o presente estudo propõe uma abordagem empírica robusta para investigar o impacto da adesão à ONU sobre a evolução democrática dos países. Utilizando modelos de efeitos de tratamento endógeno, o estudo busca isolar o efeito da filiação à ONU, controlando para características observáveis e não observáveis que afetam simultaneamente a adesão e o nível de democracia. Para isso, são empregados controles econômicos e educacionais e instrumentos como a distância geográfica à sede da ONU, a fronteira com membros do Conselho de Segurança e histórico colonial.

A principal contribuição deste trabalho é oferecer evidências empíricas sobre o papel da ONU como vetor de difusão democrática no período pós-Segunda Guerra Mundial. Ao integrar dados históricos amplos com técnicas econométricas de inferência causal, o estudo pretende suprir a literatura com a identificação de outro determinante externo da democratização, contribuindo tanto para os debates em economia política quanto para as discussões sobre a eficácia das instituições internacionais.

Assim, os resultados indicaram que a adesão à ONU está positivamente associada ao avanço da democracia, com um efeito médio estimado entre 4,2% e 6,2% no índice de democracia liberal (ATE), podendo alcançar até 8,7% para a média entre apenas os países membros (ATET). Esses achados reforçam a hipótese de que a ONU exerce um papel importante na promoção de instituições democráticas, ao oferecer legitimidade internacional, apoio técnico e acesso a mecanismos de cooperação multilateral. No entanto, os resultados também evidenciam que fatores internos permanecem centrais no processo de democratização: o desenvolvimento socioeconômico, medido pela renda *per capita*, e os anos médios de escolaridade estão consistentemente associados a mai-

ores níveis de democracia, com efeitos variando entre 0,9% e 1,3% para a renda, e entre 2,6% e 4,5% para a educação. Por outro lado, a presença de guerras civis e conflitos militares internacionais compromete o desempenho democrático dos países, com reduções no índice de até 6,5%, refletindo o impacto da instabilidade política e da ruptura institucional na governança democrática. Esses resultados sugerem que, embora a ONU atue como facilitadora da democratização, o avanço democrático depende fundamentalmente da combinação de estabilidade interna e progresso no desenvolvimento humano.

2 Estratégia de Identificação

Para estimar o efeito causal da adesão à Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o nível de democracia dos países, assumimos a hipótese central de que o ingresso formal na ONU induz mudanças institucionais positivas ao conectar os países a mecanismos de cooperação multilateral, assistência técnica, suporte institucional e monitoramento eleitoral, promovendo, assim, maior estabilidade institucional e *accountability* política. No entanto, como a adesão à ONU não é aleatória, é necessário aplicar estratégias de identificação que permitam isolar o impacto dessa adesão de fatores internos que também influenciam a trajetória democrática.

Para isso, propomos uma abordagem baseada em modelos de efeitos de tratamento endógeno, que considera a adesão à ONU como um tratamento com impacto sobre as instituições nacionais. Essa abordagem permite estimar o efeito causal da ONU mesmo quando a decisão de adesão não é aleatória. Para corrigir o viés de autosseleção e a endogeneidade do tratamento, utilizamos variáveis instrumentais geográficas e históricas – que afetam a probabilidade de adesão à ONU, mas não têm efeito direto sobre a democracia.

Assim, a democracia neste estudo é entendida como um conjunto de instituições políticas e práticas sociais que garantem a participação popular nas decisões governamentais, a proteção das liberdades civis e a responsabilização dos governantes, conforme discutido por Acemoglu e Robinson (2012). A observação empírica desse conceito é feita a partir do índice de democracia liberal (*liberal democracy index*) produzido pelo Varieties of Democracy Project (VDEM), que agrega diversas dimensões institucionais, como: eleições livres e competitivas; liberdade de expressão e associação; restrições ao poder do Executivo e independência do Judiciário.

A construção do modelo empírico considera ainda fatores internos clássicos associados à democratização, conforme estabelecido na literatura. A renda *per capita* é utilizada como indicador do desenvolvimento econômico, com base na Teoria da Modernização (Lipset, 1959), que associa prosperidade material à sustentação de instituições democráticas. A educação média da população adulta representa o nível de capital humano e consciência cívica, contribuindo para maior participação política e cobrança institucional (Huber *et al.*, 1993). As guerras interestaduais e civis afetam a estabilidade institucional, com efeito disruptivo sobre as instituições e o Estado de Direito (Collier *et al.*, 2003).

Além dessas variáveis explicativas diretas da democracia, outras variáveis são introduzidas como instrumentos para modelar a seleção do tratamento, quando um país decide ingressar na ONU. Assim, o histórico de colonização reflete padrões comuns no processo de independência relacionado a conflitos internacionais que interagem com o processo de reconhecimento internacional e adesão à ONU (Barro, 1999; Acemoglu *et al.*, 2001). A presença de fronteiras terrestres com algum dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido) expressa o risco diplomático de conflitos territoriais, dado que o processo de adesão exige a aprovação unânime do Conselho de Segurança, onde o veto de um único membro permanente é

suficiente para barrar o ingresso (Gleditsch e Ward, 2000). Já a distância geográfica entre a capital do país e a sede da ONU (Nova York) é usada para representar o custo político e diplomático de integração ao sistema multilateral, análogo à teoria de fricção espacial em economia urbana (Coppedge *et al.*, 2021), visto que a proximidade espacial favorece a circulação de ideias, os fluxos culturais e o relacionamento diplomático.

3 Limitações do Estudo

Este estudo enfrenta quatro principais desafios que podem afetar a identificação causal e a robustez dos resultados. Para lidar com essas questões, utilizamos uma série de técnicas e abordagens para minimizar as possíveis distorções de nossa análise.

Primeiro, temos a limitação referente a dados ausentes (*missing values*), especialmente em séries históricas de países com baixo nível de institucionalização estatística. Para mitigar esse problema, utilizamos as bases de dados do VDEM tratadas pela metodologia de Fariss *et al.* (2021), que elaborou uma reconstrução de dados históricos de PIB, PIB *per capita* e população de 1500 a 2018, para que permitisse a comparações entre países e ao longo do tempo. O método aplicou um modelo bayesiano de variáveis latentes para imputar dados faltantes com base em informações de anos adjacentes e países comparáveis e ajustou as estimativas aplicando tendências históricas observadas e efeitos aleatórios, para capturar diferenças estruturais entre nações, e construindo intervalos de confiança para avaliar a incerteza das estimativas ao longo do tempo. No entanto, mesmo com esses avanços metodológicos, devemos interpretar com cautela os resultados obtidos a partir dos dados históricos disponibilizados. Dito isso, o presente estudo está relativamente bem amparado pelo recorte temporal de 1820 a 2000, garantindo a utilização dos dados mais recentes dessa reconstrução histórica.

Em segundo, temos a limitação referente aos efeitos de difusão regional (*spillover*) da democracia. Esse fenômeno ocorre porque mudanças institucionais, políticas ou sociais em um país frequentemente impactam seus vizinhos por meio de interação econômica, cultural, diplomática e geopolítica. A literatura sobre democratização sugere que regimes políticos não evoluem isoladamente, mas sim dentro de um contexto regional e internacional. A proximidade geográfica facilita a transmissão de ideias e valores democráticos, seja por meio da mídia, organizações internacionais ou redes transnacionais da sociedade civil. Além disso, conflitos políticos e crises democráticas podem desestabilizar países vizinhos, seja por meio de fluxos migratórios, insurgências transfronteiriças ou apoio a movimentos opositores. Essa externalidade pode gerar correlação entre países da mesma região e comprometer a independência estatística dos casos observados. Para abordar esse desafio, adotamos uma abordagem inspirada em Mainwaring e Pérez-Liñán (2007), utilizando como indicador de difusão democrática a média do índice de democracia dos países da mesma região no ano anterior. Essa variável é incluída como controle no modelo, permitindo captar parte do efeito indireto de vizinhança e isolar melhor a contribuição da ONU na variação do nível democrático de cada país. Contudo, fatores como o impacto de fluxos migratórios e a influência midiática sobre países vizinhos são dinâmicas complexas que podem não ser completamente incorporadas ao modelo, exigindo cautela na interpretação dos coeficientes estimados.

O terceiro desafio é a endogeneidade causada por variáveis não observadas, ou seja, fatores que afetam simultaneamente a adesão à ONU e o nível de democracia, gerando viés nas estimativas. Algumas possíveis variáveis não observadas incluem: (a) cultura cívica participativa, que promove tanto a democracia quanto a integração internacional; (b) grau de corrupção, que compromete tanto a qualidade institucional quanto o reconhecimento externo; (c) presença de recursos naturais

estratégicos, que afetam regimes políticos e interesses geopolíticos (Ross, 2001); e (d) alinhamento ideológico com grandes potências, que influencia a diplomacia e o modelo institucional adotado. Para tratar esse problema, aplicamos um modelo de efeitos de tratamento endógeno, que busca simular um experimento natural ao modelar simultaneamente o processo de seleção no tratamento (adesão à ONU) e o resultado (nível de democracia). Essa abordagem corrige a correlação entre o erro e as variáveis explicativas.

Por fim, o estudo enfrenta o desafio de autosseleção, já que a decisão de aderir à ONU não é aleatória, mas baseada em decisões políticas estratégicas. Essa autosseleção pode gerar viés, pois países que optaram por entrar na ONU podem diferir sistematicamente dos que não entraram. Para lidar com isso, utilizamos variáveis instrumentais nos modelos de efeitos de tratamento endógeno, de forma a modelar a probabilidade de entrada no tratamento com base em características que afetam a seleção, mas não diretamente o resultado democrático. Essa estratégia permite capturar a heterogeneidade no efeito do tratamento entre países e ao longo do tempo, especialmente considerando que os países ingressaram na ONU em diferentes momentos. Assim, torna-se possível distinguir melhor os efeitos causais da atuação da ONU daqueles relacionados ao perfil dos países que aderiram.

4 Base de Dados

Para o estudo, foi selecionada uma base de dados em painel para 128 países da ONU, observados de 1820 a 2000, conforme apresentado na **Tabela 1**. Os dados foram obtidos a partir dos principais observatórios de relações internacionais e democracia: Varieties of Democracy Institute (VDEM), Correlates of War Project (COW) e United Nations Digital Library. O mapeamento das fronteiras terrestres de cada país e a localização geográfica para cálculo das distâncias das capitais até a sede da ONU foi realizado pelo Google Earth Engine e não compreende possíveis variações históricas. No entanto, tomamos o cuidado de identificar as capitais no ano de ingresso de cada país na ONU.

Tabela 1: Sumário Estatístico da Amostra Utilizada

Indicador	Estatística
Total de observações	8.753
Período observado	1820 a 2000
Número de países	128
Países colonizados	69%
Países com fronteira com membro do CS ¹ da ONU	31%
Distância média até a sede da ONU	7.542 km
Ano médio de ingresso na ONU	1952

¹ Conselho de Segurança das Nações Unidas.

5 Metodologia

Adotamos modelos de efeitos de tratamento endógeno – especificamente as metodologias empregadas pelos comandos `ereregress`, `etereffects` e `eteregress` do *Stata* – para estimar de forma robusta o impacto da adesão à ONU sobre o nível de democracia dos países. Esses modelos empregam

métodos de estimação probabilística do processo de seleção, aplicando variáveis instrumentais para controlar a endogeneidade e corrigir o viés de estimação dos resultados.

Como essas abordagens compartilham uma estrutura geral comum, diferindo apenas nas técnicas de estimação e na forma como corrigem o viés da equação de seleção, apresentamos o modelo base em duas equações: uma para a seleção ao tratamento (primeiro estágio da regressão com variáveis instrumentais) e outra para o resultado (segundo estágio).

A **Equação 1** modela a probabilidade latente de um país ingressar na ONU, com base em características estruturais que influenciam sua adesão:

$$UN_{it}^* = \alpha_0 + \alpha_1 \text{colonized}_i + \alpha_2 \text{board}_i + \alpha_3 \text{dist}_i + \alpha_4 \text{war}_{it-1} + \alpha_5 \text{civil_war}_{it-1} + u_i \quad (1)$$

Nesta equação, a variável latente UN_{it}^* representa a propensão não observada do país i tornar-se membro da ONU no ano t . Assim, a variável binária de tratamento UN_{it} assume valor 1 se $UN_{it}^* > 0$ ou valor 0 se $UN_{it}^* \leq 0$.

O conjunto de instrumentos inclui: *colonized*, indicando se o país foi colônia em algum momento; *board*, variável binária que identifica se o país compartilha fronteira terrestre com ao menos um dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU; *dist*, que mede a distância (em mil quilômetros) entre a capital do país, no ano de adesão, e a sede da ONU em Nova York, Estados Unidos; além das covariáveis de controle: *war* e *civil_war*, que capturam, respectivamente, a ocorrência de guerra internacional e de guerra civil. Os coeficientes α_j referem-se à equação de tratamento, e u_i é o termo de erro correspondente.

A **Equação 2** estima o nível de democracia liberal como função de variáveis internas e regionais, incorporando efeitos fixos específicos por país e ano:

$$\begin{aligned} dem_{jit} = & \beta_0 + \beta_1 UN_{it-1} + \beta_2 gdppc_{it-1} + \beta_3 educ_{it-1} \\ & + \beta_4 war_{it-1} + \beta_5 civil_war_{it-1} + \beta_6 reg_dem_{it-1} + \varepsilon_{jit} \end{aligned} \quad (2)$$

A variável dependente contínua dem_{jit} indica o resultado observado para o Índice de Democracia Liberal, para o país i , no ano t e grupo j – sendo $j = 0$ o grupo de controle e $j = 1$ o grupo tratado. As variáveis explicativas incluem: *gdppc*, que indica o Produto Interno Bruto *per capita* ajustado pelo poder de paridade de compra (*Purchasing Power Parity - PPP*) em dólares de 2014; *educ*, a média de anos de educação para maiores de 15 anos; *war* e *civil_war*; e *reg_dem*, que representa a média regional de democracia. Os coeficientes β_j são estimados separadamente para cada grupo, e ε_{jit} representa os termos de erro da equação de resultado.

Com base nessa estrutura, estimamos o efeito causal da adesão à ONU por meio da diferença entre os resultados potenciais. De forma geral, definimos os resultados potenciais (*Potential Outcome Mean - POM*) como a média condicional das estimativas do índice de democracia para cada grupo; o efeito médio do tratamento (*Average Treatment Effect - ATE*), como a diferença esperada entre os resultados potenciais sob tratamento e sem tratamento para toda a população; e o efeito médio do tratamento sobre os tratados (*Average Treatment Effect on the Treated - ATET*), como a diferença dos resultados potenciais considerando apenas os países que efetivamente receberam o tratamento:

$$POM_j(x_i) = \mathbb{E}[dem_{jit} \mid x_{it-1}] = \beta_1 x_{it-1} \quad (3)$$

$$ATE_j(x_i) = \mathbb{E}[dem_{jit} - dem_{1it} \mid x_{it-1}, \varepsilon_{0it}, \varepsilon_{1it}] = \mathbb{E}[\beta_1 x_{it-1} + \varepsilon_{1it} - \beta_0 x_{it-1} - \varepsilon_{0it}] \quad (4)$$

$$ATE_j(x_{it-1}, z_{it-1}, T_{it} = 1) = \mathbb{E}[dem_{1i} - dem_{0i} \mid x_{it-1}, z_{it-1}, T_{it} = 1] \quad (5)$$

Onde x_{it-1} representa o vetor de covariáveis observadas, ε_{jit} são os termos de erro associados a cada regime potencial ($j \in \{0, 1\}$), z_{it-1} é o vetor de instrumentos usados para modelar a seleção ao tratamento, e $T_{it} = 1$ indica que o país i foi tratado no período t .

A partir dessas expressões, cada metodologia empregada aplica uma abordagem distinta para corrigir a endogeneidade e estimar os efeitos de tratamento. O comando **eregress**, baseado nos trabalhos de Heckman (1976), e Keshk (2003), utiliza um método que busca corrigir a endogeneidade ao modelar explicitamente a correlação entre os erros das equações de seleção (tratamento) e resultado, empregando máxima verossimilhança para estimar os coeficientes de covariáveis exógenas e endógenas. Assim, os coeficientes estimados para as variáveis explicativas do índice de democracia são ponderados pela correlação entre os erros da equação de seleção e equação de resultado, limpando os efeitos não observados sobre as variáveis explicativas.

Já o **eteffects** aplica o método de *propensity score matching* (PSM), através de uma regressão *probit* para a equação de seleção, equilibrando, por meio de pesos, as distribuições das covariáveis entre os grupos tratado e controle, e comparando cada unidade tratada com a unidade não tratada com *score* mais próxima. Este método busca simular um experimento aleatório, ajustando a endogeneidade sem modelar diretamente a correlação entre erros.

Por sua vez, o **eteregress**, conforme desenvolvido por Cameron (2005) e Wooldridge (2010), combina equações de resultados potenciais a partir da equação de seleção para modelar a correlação entre os erros do tratamento e do resultado, ajustando o viés de endogeneidade na função de verossimilhança e garantindo estimativas consistentes. Ao comparar essas três abordagens metodológicas, reforçamos a robustez dos resultados e as conclusões do estudo.

5.1 Validação dos Modelos

A verificação dos pressupostos do modelo e a validação dos instrumentos são essenciais para garantir estimativas consistentes e evitar viés na inferência causal.

O teste de Wald para endogeneidade do tratamento resultou em $\chi^2(2) = 84,90$ ($p = 0,0000$), rejeitando a hipótese nula de que os erros das equações de tratamento (u_i) e de resultado (ε_{jit}) são não correlacionados. Esse resultado confirma a suposição de que o tratamento (adesão à ONU) é endógeno e correlacionado a variáveis não observadas, reforçando a necessidade da aplicação de um modelo de efeitos de tratamento endógeno para corrigir o viés e estimar adequadamente o impacto sobre o índice de democracia.

Adicionalmente, realizamos o teste de significância conjunta dos instrumentos, que apresentou $F(1, 8745) = 29,617$ ($p = 0,0000$), confirmando que os instrumentos selecionados — **colonized**, **board** e **distance** — possuem forte poder preditivo sobre a variável UN, afastando preocupações com instrumentos fracos.

Quanto à validade dos instrumentos, o teste de sobreidentificação de Sargan-Hansen resultou em $\chi^2(2) = 3,984$ ($p = 0,1364$), indicando que não podemos rejeitar a hipótese nula de que os instrumentos são exógenos. Isso significa que não foi verificada correlação entre os instrumentos e o erro da equação de resultado (ε_{jit}), o que confirma a especificação correta do modelo e a validade empírica dos instrumentos utilizados.

6 Resultados

Nossa análise sobre os determinantes internos da democracia e o impacto da adesão às Nações Unidas revela resultados coerentes com a literatura e com os pressupostos apresentados. As estatísticas descritivas **Tabela 2** evidenciam elevada heterogeneidade entre os países: o índice de democracia liberal varia entre 0,006 e 0,883; a renda *per capita* anual oscila de US\$ 286 a US\$ 47 mil (valores em dólares PPP de 2014); e a média de anos de escolaridade vai de menos de um ano a mais de 13.

Tabela 2: Estatísticas Descritivas das Variáveis

Variável	Mínimo	Média	Máximo	Erro Padrão
Índice de Democracia Liberal	0,006	0,279	0,883	0,250
Renda per capita (US\$ 1.000)	0,286	6,169	47,435	6,860
Educação média (anos)	0,059	4,484	13,070	3,122
Guerra (dummy)	0	0,018	1	0,316
Guerra Civil (dummy)	0	0,063	1	0,243

A evolução histórica reforça a importância dos marcos institucionais e geopolíticos. Observa-se um crescimento acelerado no número de países membros da ONU a partir de 1945 (**Figura 1**), impulsionado pelo processo de descolonização e pela consolidação do sistema internacional pós-Segunda Guerra Mundial. Esse movimento coincide com o aumento expressivo no número de países observados nas bases de dados (**Figura 2**), sobretudo a partir de 1900. Este salto está possivelmente associado à fundação do Instituto Internacional de Estatística (1885), que estabeleceu os primeiros padrões internacionais de coleta de dados, incentivando a criação de órgãos estatísticos nacionais. Essa estrutura foi posteriormente fortalecida por organismos como a ONU e o Banco Mundial, contribuindo para a sistematização de dados comparáveis entre países ao longo do século XX.

Figura 1: Adesão à ONU

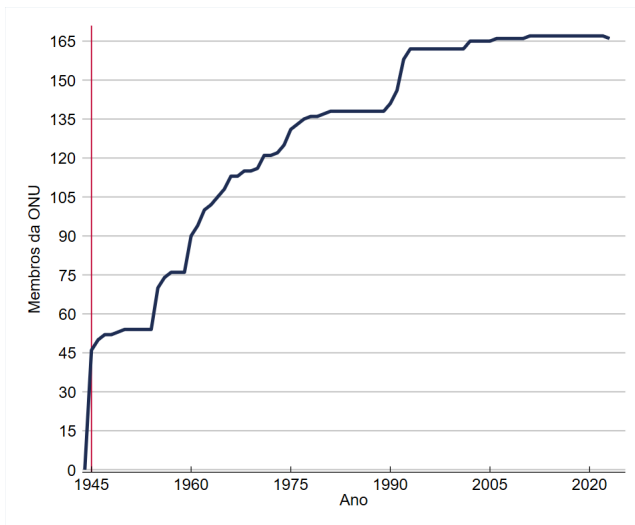
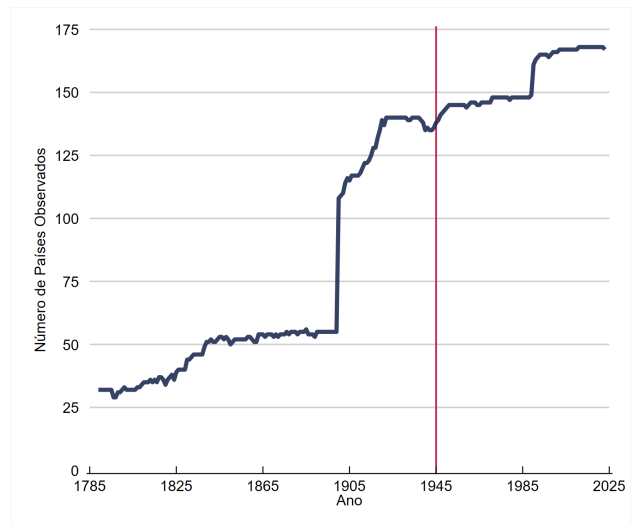


Figura 2: Nº de Países Observados



Eventos históricos, como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, tiveram um impacto negativo significativo na democracia, desestabilizando regimes políticos e afetando a trajetória de

crescimento institucional e econômico dos países. Paralelamente, o rápido aumento da adesão à ONU ao longo do século XX (**Figura 3**) reflete a crescente importância da organização no cenário internacional.

Esse contexto de institucionalização internacional caminhou em paralelo a avanços no desenvolvimento humano, refletidos pelo crescimento conjunto dos níveis de democracia (**Figura 3**), da renda *per capita* e da educação média (**Figura 4**). Tais padrões sugerem trajetórias de modernização institucional e socioeconômica interligadas. Também se observam quedas acentuadas no índice de democracia durante os períodos da Primeira e Segunda Guerra Mundial, evidenciando o impacto desestabilizador dos grandes conflitos globais sobre os regimes políticos.

Figura 3: Evolução da Democracia

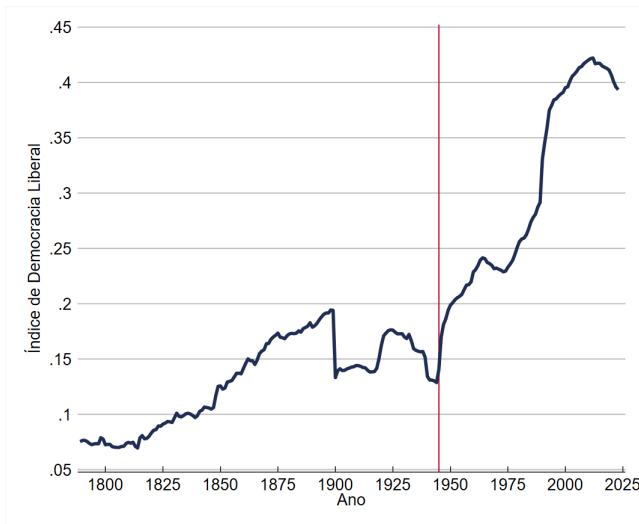
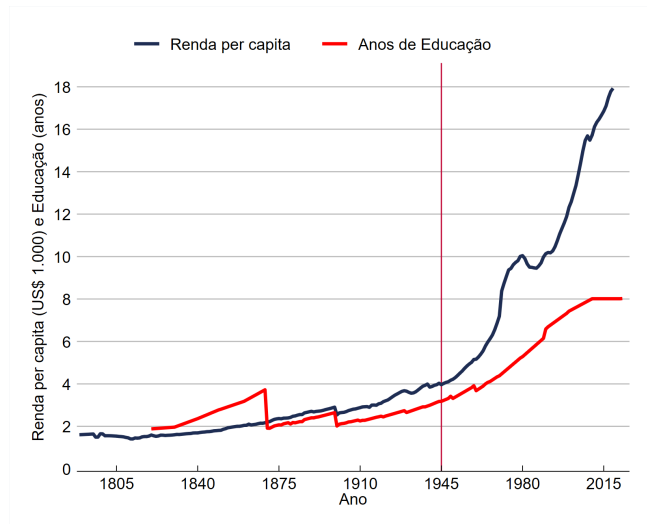


Figura 4: Evolução da Renda e Educação



A análise econométrica confirma que a adesão à ONU tem impacto positivo e estatisticamente significativo sobre a democracia (**Tabela 3**). Em média, estima-se que ser membro da ONU eleva o índice de democracia liberal em aproximadamente 4,2% a 6,2% (ATE), podendo chegar a até 8,7% para a média entre apenas os países membros (ATET). Esses resultados reforçam a hipótese de que a ONU exerce um papel relevante na promoção de instituições democráticas por meio da pressão internacional, do acesso a recursos e da legitimação diplomática.

Tabela 3: Resultado das estimações

		eregress (1)	eteffects (2)	etregress (3)
ATE		0,041804***	0,062732***	0,042014***
ATET		0,068997***	0,087615***	0,075839***
<hr/>				
Índice de Democracia	T			
Renda per capita (<i>gdppc</i>)	(0)	0,009985***	0,009507***	
	(1)	0,013508***	0,013685***	0,011899***
Anos de educação (<i>educ</i>)	(0)	0,043590***	0,045000***	
	(1)	0,026653***	0,026168***	0,035569***
Guerra interestadual (<i>war</i>)	(0)	− 0,039245***	− 0,037337***	
	(1)	− 0,041890*	− 0,040993*	− 0,040279*
Guerra civil (<i>civil_war</i>)	(0)	− 0,044039***	− 0,042186***	
	(1)	− 0,065053***	− 0,068302***	− 0,058091***
<i>Spillover</i> Democracia regional (<i>reg_dem</i>)	(0)	0,113009***	0,132020***	
	(1)	− 0,234143***	0,252095***	0,168378***
Membro da ONU (<i>UN</i>)	(0)	− 0,040620***		
	(1)	0,025383***	0,041952***	
<hr/>				
Adesão à ONU				
Histórico colônial (<i>colonized</i>)		0,755868***	0,730257***	0,742427***
Fronteira terrestre com membro do CS (<i>board</i>)		− 0,322051***	− 0,302819***	− 0,311445***
Distância até a ONU (<i>dist</i>)		0,101256***	0,100216***	0,101836***
Guerra interestadual (<i>war</i>)		− 0,326579***	− 0,341368***	− 0,333000***
Guerra civil (<i>civil_war</i>)		0,163435***	0,200093***	0,168826***
<hr/>				
Nº de Observações		8.753	8.753	8.753

Nota: Níveis de significância: * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$.

Entre os determinantes internos, os resultados também corroboram a teoria da modernização: a renda *per capita* e os anos médios de educação estão positivamente associados à democracia. Em particular, um acréscimo de US\$ 1.000 na renda *per capita* está associado a um aumento de 0,9% até 1,3% no índice de democracia, enquanto cada ano adicional de escolaridade média pode elevar a democracia entre 2,6% e 4,5%, dependendo do grupo analisado. Esses achados sugerem que o desenvolvimento econômico e educacional fortalece capacidades institucionais e valores democráticos.

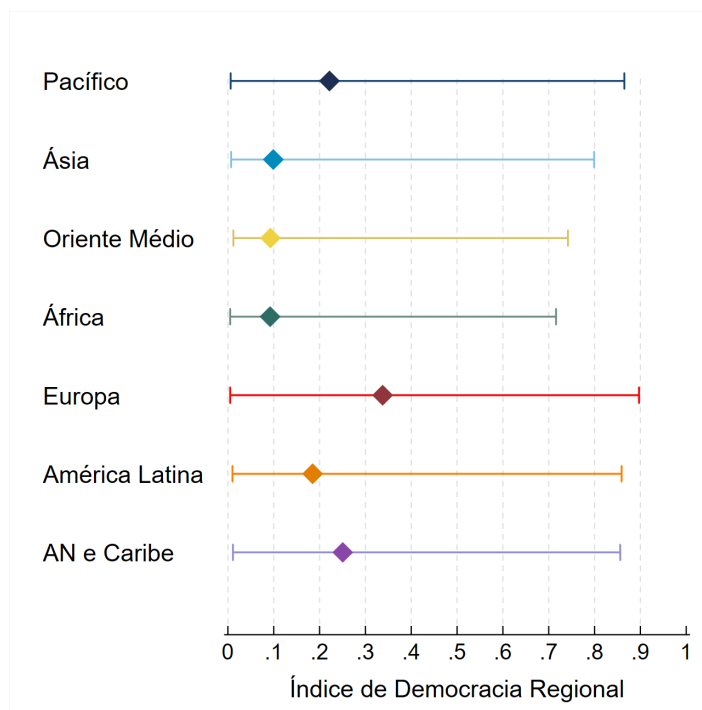
Por outro lado, a presença de guerras civis e conflitos internacionais está relacionada a menores níveis de democracia, com reduções de até 6,5% no índice democrático. Isso reforça o entendimento de que contextos de instabilidade política, rupturas institucionais e violência comprometem a governança democrática. No entanto, ao analisar os determinantes da adesão à ONU, observa-se que países em guerra civil apresentam maior probabilidade de ingresso. Esse achado, à primeira vista contraditório, pode refletir a busca por legitimidade internacional, apoio externo à reconstrução institucional ou mediação de conflitos, reforçando o papel da ONU como canal de reintegração diplomática em contextos de fragmentação interna. Em contraste, países envolvidos em conflitos militares internacionais enfrentam maior dificuldade de ingresso, uma vez que o processo de aceitação exige aprovação unânime dos membros permanentes do Conselho de Segurança, tornando provável o veto em cenários de antagonismo geopolítico.

Outro resultado contraintuitivo diz respeito à distância geográfica até a sede da ONU, cuja relação com a adesão se mostrou positiva. A expectativa inicial era de que países mais distantes enfrentassem barreiras maiores de integração diplomática. No entanto, os dados indicam que nações mais afastadas – em especial no Sul Global – tendem a buscar mais ativamente o ingresso na organização como forma de acesso a recursos estratégicos, como ajuda humanitária, representatividade política e cooperação técnica. Essa interpretação, embora plausível, exige cautela, já que os mecanismos exatos por trás dessa relação não puderam ser explorados com profundidade neste estudo, devido à limitação dos dados. O achado aponta para a necessidade de investigações futuras que levem em conta as dinâmicas regionais e motivações estratégicas diferenciadas na adesão à ONU.

Um achado interessante foi o efeito *spillover* da democracia regional, que se mostrou bastante expressivo: com até 25% da média regional de democracia podendo ser repassada à composição do índice de democracia de um país, entre apenas membros da ONU. Isso sinaliza um possível processo de difusão institucional, no qual a integração regional e o ambiente internacional democrático reforçam os padrões domésticos. A **Figura 5** reforça essa interpretação ao ilustrar diferenças marcantes nos níveis médios de democracia entre regiões, com destaque para a Europa, América do Norte e Caribe e América Latina como regiões com maiores índices médios, em contraste com África, Ásia e Oriente Médio. No entanto, é importante observar que a dispersão dentro de cada região inclui também a variação temporal, o que pode mascarar os processos graduais de democratização regional. Assim, ainda que a média regional capture um efeito difusor relevante, sua amplitude reflete tanto as diferenças entre países quanto as transformações institucionais ao longo das décadas, reforçando a necessidade de análises dinâmicas para captar os efeitos históricos e geopolíticos associados à difusão democrática.

As variáveis instrumentais também ofereceram *insights* relevantes sobre os fatores associados ao ingresso na ONU. Ter sido colônia aumenta consideravelmente a probabilidade de adesão à ONU, o que pode refletir o esforço dos novos Estados independentes em buscar reconhecimento e apoio internacional. A distância até a sede da ONU apresentou relação positiva inesperada com a adesão, possivelmente refletindo o interesse de países periféricos em integrar a organização como forma de acesso a recursos estratégicos. Por fim, o fato de fazer fronteira com membros do Conselho de Segurança reduziu significativamente a probabilidade de ingresso, o que pode estar ligado a fatores geopolíticos e rivalidades regionais.

Figura 5: Dispersão Regional da Democracia



7 Conclusão

Em síntese, os achados deste estudo reforçam o papel significativo da adesão à ONU e de determinantes socioeconômicos, como renda *per capita* e anos de educação, na promoção da democracia ao longo do tempo. A associação positiva e estatisticamente robusta entre ser membro da ONU e o índice de democracia – com efeito médio estimado em 4,2% (ATE) e alcançando 8,7% entre os países membros (ATET) – evidencia o papel da organização como catalisadora de avanços democráticos. Esse impacto se manteve consistente nos três modelos de tratamento endógeno estimados, sinalizando a robustez metodológica dos achados.

Os resultados também confirmam que aumentos na renda e na escolaridade estão positivamente associados a maiores níveis de democracia, corroborando a teoria da modernização de Lipset. Por outro lado, a presença em guerras civis ou conflitos internacionais mostra-se negativamente associada à democracia, refletindo os impactos desestabilizadores desses eventos sobre o regime político. No entanto, de forma interessante, a guerra civil e a maior distância geográfica da sede da ONU foram associadas a uma maior probabilidade de adesão à organização, sugerindo que países em contextos de instabilidade ou isolamento geográfico podem buscar na ONU uma via de reconhecimento, apoio e legitimação internacional.

O efeito *spillover* da democracia regional também se destacou como um importante mecanismo de difusão institucional, com até 25% da média regional de democracia influenciando diretamente o nível democrático de países membros. Isso evidencia o papel do ambiente internacional e da integração regional como vetores de reforço aos padrões democráticos domésticos. Ainda que os dados agregados ocultem parte das trajetórias temporais de democratização em algumas regiões, a influência regional permanece estatisticamente expressiva.

Por fim, os achados do estudo não apenas corroboram a literatura existente, mas também ampliam a compreensão dos mecanismos que interligam crescimento econômico, democracia e engajamento internacional. Ao evidenciar a complexidade dessas interações, o estudo ressalta a necessidade de pesquisas futuras que explorem as lacunas identificadas – como o papel da localização geográfica dos países e do engajamento efetivo nas decisões multilaterais – a fim de aprofundar o entendimento de como esses fatores influenciam o progresso democrático.

Referências

- [1] Acemoglu, D.; Robinson, J. A. *Why nations fail: the origins of power, prosperity, and poverty*. Nova York: Crown Publishers, 2012.
- [2] Acemoglu, D.; Johnson, S.; Robinson, J. A. The colonial origins of comparative development: an empirical investigation. *American Economic Review*, v. 91, n. 5, p. 1369–1401, 2001.
- [3] Barro, R. J. Determinants of democracy. *Journal of Political Economy*, v. 107, n. 6/2, p. 158–183, 1999.
- [4] Boutros-Ghali, B. *An agenda for peace: preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping*. New York: United Nations, 1992. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/145749>. Acesso em: 01 mar. 2025.
- [5] Cameron, A. C.; Trivedi, P. K. *Microeconometrics: methods and applications*. New York: Cambridge University Press, 2005.

- [6] Collier, P. *et al.* *Breaking the conflict trap: civil war and development policy*. Washington, DC: World Bank, 2003.
- [7] Coppedge, M. *et al.* International influence: the hidden dimension. *Varieties of Democracy Institute, Working Paper* n. 119, 2021.
- [8] Davis, J. C.; Henderson, J. V. Evidence on the political economy of the urbanization process. *Journal of Urban Economics*, v. 53, n. 1, p. 98–125, 2003.
- [9] Doyle, M. W.; Sambanis, N. *Making war and building peace: United Nations peace operations*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- [10] Fariss, C.; Anders, T.; Markowitz, J.; Barnum, M. Replication data for: New estimates of over 500 years of historic GDP and population data. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.7910/DVN/DC0ING>. Acesso em: 01 mar. 2025.
- [11] Fittipaldi, R. B. G.; Araújo, C. M.; Costa, S. F. Crescimento econômico, democracia e instituições: quais as evidências dessas relações causais na América Latina? *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 62, p. 115–129, 2017. <https://doi.org/10.1590/1678-987317256205>.
- [12] Gleditsch, K. S.; Ward, M. D. Measuring space: a minimum-distance database and applications to international studies. *Journal of Peace Research*, v. 38, n. 6, p. 751–759, 2000.
- [13] Goldblat, J. *Arms control: the new guide to negotiations and agreements*. London: SAGE Publications, 2002.
- [14] Heckman, J. J. The common structure of statistical models of truncation, sample selection and limited dependent variables and a simple estimator for such models. *Annals of Economic and Social Measurement*, v. 5, n. 4, p. 475–492, 1976.
- [15] Heckman, J. J. Sample selection bias as a specification error. *Econometrica*, v. 47, n. 1, p. 153–161, 1979.
- [16] Huber, E.; Inglehart, R.; Kulkarni, R. The impact of economic development on democracy. *Journal of Economic Perspectives*, v. 7, n. 3, p. 71–89, 1993.
- [17] Kelley, J. G. *Monitoring democracy: when international election observation works, and why it often fails*. Princeton: Princeton University Press, 2012.
- [18] Kemer, T.; Pereira, A. E.; Blanco, R. A. A construção da paz em um mundo em transformação: o debate e a crítica sobre o conceito de peacebuilding. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 60, p. 137–150, 2016. <https://doi.org/10.1590/1678-987316246006>. Acesso em: 01 mar. 2025.
- [19] Keshk, O. M. G. Simultaneous equations models: what are they and how are they estimated. Program in Statistics and Methodology, Department of Political Science, Ohio State University, 2003. <https://polisci.osu.edu/sites/polisci.osu.edu/files/SimultaneousEquations.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2025.
- [20] Knock, T. J. *To end all wars: Woodrow Wilson and the quest for a new world order*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

- [21] Krpec, O.; Hodulak, V. War and international trade: impact of trade disruption on international trade patterns and economic development. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 39, n. 154, 2019. <https://centrodeeeconomiapolitica.org.br/repojs/index.php/journal/article/view/30>. Acesso em: 01 mar. 2025.
- [22] Lipset, S. M. Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy. *The American Political Science Review*, v. 53, n. 1, p. 69–105, 1959. <https://doi.org/10.2307/1951731>.
- [23] Lopes, T. H. C. R.; Esperidião, F.; Castro, M. A. R. A teoria da modernização aplica-se à América Latina? Um estudo do século XIX ao XXI. *Revista de Sociologia e Política*, v. 28, n. 73, 2020.
- [24] Mainwaring, S.; Pérez-Liñán, A. Why regions of the world are important: regional specificities and region-wide diffusion of democracy. University of Notre Dame, 2007. <https://www.academia.edu/122507881/>. Acesso em: 01 mar. 2025.
- [25] Newman, E.; Paris, R.; Richmond, O. P. *New perspectives on liberal peacebuilding*. Tokyo: United Nations University Press, 2010.
- [26] Papaioannou, E.; Siourounis, G. Democratization and growth. *The Economic Journal*, v. 118, n. 533, p. 1520–1551, 2008. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0297.2008.02189>.
- [27] Przeworski, A. *et al. Democracy and development: political institutions and well-being in the world, 1950–1990*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- [28] Rodrik, D. *Has globalization gone too far?* Washington, DC: Institute for International Economics, 1997.
- [29] Ross, M. Does oil hinder democracy? *World Politics*, v. 53, n. 3, p. 325–361, 2001. <https://cepr.org/voxeu/columns/more-oil-less-democracy-evidence-worldwide-crude-oil-discoveries>. Acesso em: 09 mar. 2025.
- [30] StataCorp. *Stata 18 Extended Regression Models Reference Manual: eregress*. College Station, TX: Stata Press, 2023. p. 177–208. <https://www.stata.com/manuals/erm.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2025.
- [31] StataCorp. *Stata 18 Causal Inference and Treatment-Effects Estimation Reference Manual: eteffects*. College Station, TX: Stata Press, 2023. p. 92–113. <https://www.stata.com/manuals/causaleteffects.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2025.
- [32] StataCorp. *Stata 18 Causal Inference and Treatment-Effects Estimation Reference Manual: etregress*. College Station, TX: Stata Press, 2023. p. 127–164. <https://www.stata.com/manuals/causaletregress.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2025.
- [33] Weiss, T. G. *What's wrong with the United Nations and how to fix it*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- [34] Wilson, W. *Fourteen points*. Address before a joint session of Congress, 1918. <https://www.archives.gov/milestone-documents/president-woodrow-wilsons-14-points>. Acesso em: 01 mar. 2025.

- [35] White, H. L. Jr. *Estimation, inference and specification analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- [36] Wooldridge, J. M. *Econometric analysis of cross section and panel data*. 2. ed. Cambridge, MA: MIT Press, 2010.